



Nome: _____

**004 – ANALISTA DE CORREIÇÃO – PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA**
CADERNO DE QUESTÕES

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. **Confira o CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Confira o CARTÃO-RESPOSTA e assine seu nome no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A ausência de assinatura incide na desclassificação do candidato.
3. Não dobre, não amasse, nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão retirar-se após decorridas duas horas do tempo de duração previsto.
8. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES, antes do tempo estabelecido, e/ou CARTÃO-RESPOSTA.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.





CONCURSO PÚBLICO



GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

**004 – ANALISTA DE CORREIÇÃO – PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO****CLIMA EXTREMO DESAFIA
INFRAESTRUTURA DO BRASIL**

Quando os radares da Defesa Civil captaram a possibilidade de temporal sobre Santa Catarina em dezembro de 2025, o governo do estado tomou uma decisão drástica: suspender as aulas. Foi a primeira vez que mais de 520 mil alunos de escolas estaduais foram orientados a ficar em casa naquele 9 de dezembro como medida de prevenção a desastres. Estudantes da rede municipal em diversas cidades e universidades também cancelaram as atividades.

A chuva e os ventos fortes eram trazidos por um ciclone extratropical que já ganhava o selo de atípico. Ele se formou no Paraguai, atravessou o Rio Grande do Sul e se intensificou na costa entre esse estado e Santa Catarina, detalha Marcelo Seluchi, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Um dia depois, as mesmas rajadas sopraram na cidade de São Paulo. Os ventos chegaram a 100 km/h, afetaram transformadores de energia, cancelaram voos, derrubaram placas de trânsito e paralisaram a vida em pelo menos dois milhões de imóveis. A estimativa mais recente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo calcula perdas de pelo menos R\$ 2,1 bilhões no comércio e no setor de serviços.

Um mês antes, outro ciclone extratropical formado sobre o Sul do país foi o estopim para uma calamidade no Paraná. Nuvens pesadas ajudaram a formar três tornados que atingiram 11 cidades e arremessaram carros, derrubaram prédios, tombaram caminhões. O fenômeno destruiu 80% de Rio Bonito do Iguaçu e deixou seus 14 mil moradores em choque.

“Nós não estamos preparados para isso. Nós não estamos adaptados para enfrentar esses eventos climáticos extremos”, avalia José Marengo, coordenador-geral de pesquisa do Cemaden. Os ciclones extratropicais são um fenômeno conhecido na meteorologia. Na América do Sul, eles se formam próximo ao Sul do Brasil até o sul da Argentina e precisam de um ingrediente-chave: o calor que vem do Equador encontrando o frio que sai do polo.

O Instituto Nacional de Meteorologia não tem um banco de dados que contabilize os ciclones extratropicais ocorridos no Brasil, informou o órgão. Mas a pesquisa feita por Rosmeri Porfírio da Rocha, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo, revela que de três a quatro ciclones se formam nesta região, em média, por mês e “saem” para o Atlântico.

Os ciclones, explica a cientista, têm um papel fundamental de auxiliar no transporte de calor do Equador para o polo e do frio no caminho contrário. “E quando fazem isso, geram ação, rotação, formam nuvem, tempestade, a pressão muda muito no espaço, os ventos se aceleram”, cita Rocha. A diferença do caso mais recente foi que ele se intensificou dentro do continente - e não no mar, como costuma ser. No monitoramento feito por Seluchi, o sistema chegou a 2 mil km de extensão e gerou efeitos desde a Argentina até o Rio de Janeiro.

Em Florianópolis, estado exposto a este evento climático por sua posição geográfica, Regina Rodrigues vivenciou três ciclones em 2025 no quintal de sua casa. Professora na Universidade Federal de Santa Catarina, ela é uma das brasileiras de um grupo internacional que investiga a conexão de eventos climáticos extremos com as mudanças climáticas.

“A força motriz dos ciclones é a diferença de temperatura. Quanto maior for esta diferença, mais violento ele fica. Está ficando pior porque a parte subtropical e tropical do Brasil está ficando mais quente”, afirma Rodrigues. No estado onde vive, considerado uma zona de “encontros” dessas massas, os ventos já chegaram a 109 km/h. Sem energia elétrica e internet em casa, Rodrigues viu pela janela telhados e toldos voando.

O despreparo para enfrentar ciclones mais fortes e outros eventos climáticos extremos é visível até na metrópole mais rica do país. Para moradores, comércios e indústrias na Grande São Paulo, ventanias e tempestades têm sido sinônimo de dias sem eletricidade. “Isso mostra toda a vulnerabilidade do sistema elétrico, com postes e fios aéreos — e que estão perto das árvores”, comenta Marengo.

A Empresa de Pesquisa Energética reconhece as lacunas do setor e a necessidade de adaptação diante das mudanças climáticas. Um estudo publicado no ano passado lista os potenciais impactos de tempestades, ventos fortes e enchentes na infraestrutura e no fornecimento de energia. Mas, até



agora, as concessionárias não são cobradas por órgãos reguladores para aumentar a resiliência.

Na capital paulista, o aterramento dos fios anda a passos lentos: a prefeitura afirma ter implantado 88 km de fiação subterrânea. Isso equivale a 0,02% dos 44 mil km sob concessão da Enel no estado, empresa distribuidora que atende 8 milhões de unidades consumidoras na região metropolitana.

Os impactos afetam outros setores da economia. O de seguros, em geral, é um dos primeiros justamente por lidar diretamente com a materialização dos riscos. “Observa-se um aumento gigantesco no número de sinistros, o que torna o impacto das mudanças climáticas mais evidente”, comenta Luciane Moessa, advogada e diretora da ONG Soluções Inclusivas Sustentáveis.

As seguradoras, afirma Moessa, têm buscado projetar novos cenários e rever suas metodologias de cálculo para enfrentarem os novos tempos. Mesmo que esse setor se adapte, não há garantias de um desfecho positivo: ao recalcular os riscos com base no aumento da frequência e da intensidade dos sinistros, os prêmios podem se tornar muito mais elevados do que são hoje.

“E as pessoas podem deixar de contratar seguros simplesmente porque não terão condições de arcar com os custos”, complementa Moessa, citando o exemplo do seguro agropecuário. Em nível nacional, o país acaba de aprovar o Plano Clima Adaptação. A política pública envolve 26 ministérios e busca aumentar a resiliência de estados e municípios diante de eventos extremos e, sobretudo, evitar mortes.

O desafio será implementar as diretrizes nos estados e cidades — onde os impactos das mudanças climáticas se manifestam. Em outra frente, o Ministério do Meio Ambiente vai ajudar municípios a desenvolverem seus próprios planos com foco na proteção de vidas, infraestrutura, transporte, saúde e outros serviços essenciais.

“Um plano de adaptação ideal parte, antes de tudo, do conhecimento profundo sobre onde o território é vulnerável. Por isso, o planejamento precisa ser participativo, envolvendo não apenas o poder público, mas também a sociedade civil e o setor privado”, afirma Lincoln Muniz Alves, coordenador-geral do Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima do MMA, referindo-se ao AdaptaCidade.

Não há uma receita de bolo a ser seguida: a ideia é que cada município, a partir de sua realidade

específica, defina suas prioridades. Em muitos casos, os problemas estão associados tanto ao excesso quanto à falta de água, cita como exemplo Alves. Nesta fase inicial, 581 cidades distribuídas por todos os estados participam desse esforço.

Para colocar o plano em prática, o acesso ao financiamento pode ser uma barreira, já que muitos municípios estão endividados ou têm pouca capacidade técnica para elaborar projetos robustos. “Embora existam recursos disponíveis, a burocracia também é um obstáculo significativo. É necessário que as próprias agências financiadoras reconheçam essas limitações e adaptem seus mecanismos”, comenta Alves sobre outra necessidade de adequação. (...)

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/eventos-climaticos-extremos-desafiam-infraestrutura-brasileira/a-75216590>>. Adaptado. Acesso em: 06 de fevereiro de 2026.

Questão 01

A decisão relatada no início do texto revela, sobretudo, uma mudança no padrão de atuação do poder público diante de eventos climáticos, caracterizada por:

- Substituição de respostas emergenciais por políticas estruturais de longo prazo.
- Adoção de medidas cautelares baseadas em cenários prospectivos.
- Descentralização das responsabilidades de gestão de riscos.
- Alinhamento às recomendações internacionais.

Questão 02

A caracterização do sistema atmosférico como atípico decorre, principalmente, do fato de ele ter:

- Atingido simultaneamente regiões historicamente imunes ao fenômeno.
- Apresentado intensidade incompatível com registros históricos globais.
- Rompido o padrão espacial mais recorrente de fortalecimento desses sistemas.
- Sido provocado exclusivamente por alterações recentes no clima global.

Questão 03

Os dados econômicos mencionados no texto cumprem a função argumentativa de:

- Quantificar os prejuízos apenas como efeito colateral inevitável.



CONCURSO PÚBLICO



- b) Demonstrar a eficiência dos mecanismos de resposta adotados.
- c) Justificar a priorização do setor produtivo nas políticas climáticas.
- d) Ampliar a compreensão dos impactos para além da esfera ambiental.

Questão 04

Ao avaliar a capacidade de enfrentamento dos eventos descritos, o especialista citado no texto sustenta uma crítica centrada na:

- a) Imprevisibilidade dos sistemas atmosféricos.
- b) Ausência de adaptação estrutural às novas condições climáticas.
- c) Insuficiência de cooperação internacional.
- d) Negligência exclusiva do setor privado.

Questão 05

A explicação científica sobre o funcionamento dos ciclones sugere que o aumento recente de sua intensidade está associado, sobretudo, à:

- a) Maior frequência de frentes frias no hemisfério sul.
- b) Ampliação do contraste térmico entre massas de ar.
- c) Aceleração dos ventos em regiões equatoriais.
- d) Expansão das áreas urbanizadas.

Questão 06

No trecho “A chuva e os ventos fortes eram trazidos por um ciclone extratropical”, o sujeito oracional deve ser classificado como:

- a) Sujeito simples.
- b) Sujeito inexistente.
- c) Sujeito composto.
- d) Sujeito oculto.

Questão 07

No trecho “A força motriz dos ciclones é a diferença de temperatura”, o termo destacado pode ser adequadamente substituído, sem prejuízo semântico, por:

- a) Propulsora.
- b) Secundária.
- c) Reguladora.
- d) Acessória.

Questão 08

Assinale a alternativa que classifica CORRETAMENTE o termo destacado no trecho a

seguir: “Um plano de adaptação ideal parte, antes de tudo, do conhecimento profundo sobre onde o território é vulnerável.”

- a) Adjunto adnominal.
- b) Predicativo do sujeito.
- c) Predicativo do objeto.
- d) Adjunto adverbial.

Questão 09

Em “Não há uma receita de bolo a ser seguida”, é CORRETO afirmar que:

- a) O verbo “haver” é intransitivo.
- b) O termo “de bolo” é complemento nominal.
- c) A oração tem sujeito simples.
- d) O verbo “haver” é impessoal.

Questão 10

No trecho “É necessário que as próprias agências financiadoras reconheçam essas limitações”, a oração subordinada exerce a função sintática de:

- a) Sujeito.
- b) Objeto direto.
- c) Objeto indireto.
- d) Predicativo do sujeito.

Questão 11

Uma equipe de desenvolvimento utiliza Git com múltiplas *branches* para permitir o desenvolvimento paralelo, integração contínua e a manutenção de versões em produção. O projeto adota versionamento semântico e possui histórico extenso de *commits*.

Com base nas boas práticas de controle de versões e no funcionamento do Git, analise as sentenças a seguir:

- I- *Commits* pequenos e frequentes facilitam a identificação de regressões e a auditoria de mudanças, especialmente quando integrados a pipelines de CI/CD.
- II- A utilização de *rebase* em *branches* compartilhadas é recomendada, pois preserva o histórico completo de *commits* e reduz o risco de inconsistências no repositório remoto.
- III- O uso de *tags* associadas a *commits* específicos permite identificar *releases* estáveis e recuperar versões exatas do código implantado em produção.



CONCURSO PÚBLICO



Analisadas as sentenças, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.

Questão 12

Em uma rede corporativa composta por múltiplas sub-redes interligadas por roteadores, um host precisa se comunicar com outro host localizado em uma rede distinta.

Conforme os conceitos de endereçamento IP e roteamento, analise as sentenças a seguir:

- I- O endereço IP identifica logicamente um host ou interface de rede e é utilizado como base para o encaminhamento de pacotes entre redes distintas.
- II- A escolha do melhor caminho entre a origem e o destino é realizada pelos roteadores com base em suas tabelas de roteamento, considerando o o endereço IP de origem.
- III- Protocolos de roteamento utilizam informações de endereçamento IP para construir e atualizar tabelas de roteamento, permitindo decisões dinâmicas de encaminhamento.

Analisadas as sentenças, está(ão) CORRETA(S) apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

Questão 13

Constitui ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, EXCETO:

- a) Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- b) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com a finalidade de ocultar irregularidades.
- c) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, o teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

- d) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

Questão 14

Segundo norma constitucional, o servidor público estável só perderá o cargo:

- a) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei municipal, assegurada ampla defesa e o contraditório.
- b) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei ordinária, assegurada o contraditório e a ampla defesa.
- d) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma do decreto, assegurada ampla defesa.

Questão 15

Dado o sistema linear
$$\begin{cases} 2x + 3y + z = 110 \\ 3x - y + 2z = 70 \\ x + y - z = 0 \end{cases}$$
, o valor

de $x + y + z$ é:

- a) 60.
- b) 70.
- c) 50.
- d) 65.

Questão 16

A Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE) constitui o principal diploma normativo local, estabelecendo princípios, competências e organização dos Poderes Municipais. De acordo com a Lei Orgânica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Lei Orgânica pode ser alterada por decreto do Prefeito Municipal.
- b) A iniciativa de emenda à Lei Orgânica é exclusiva do Prefeito.
- c) A Lei Orgânica depende de sanção do Governador do Estado.
- d) A Lei Orgânica é promulgada pela Câmara Municipal, após aprovação em dois turnos.



CONCURSO PÚBLICO



Questão 17

A Lei Municipal n.º 2.279/2025 institui o Programa de Atração de Investimentos e Inovação de Eusébio (ou somente Programa de Investimentos e Inovação do Eusébio) (PROINE) como instrumento de desenvolvimento econômico local. Com base no texto legal, constitui objetivo do PROINE:

- a) Fomentar o desenvolvimento econômico com apoio à iniciativa privada.
- b) Conceder incentivos fiscais restritos a empresas industriais tradicionais.
- c) Priorizar o aumento da arrecadação tributária municipal direta.
- d) Substituir políticas estaduais e federais de inovação tecnológica.

Questão 18

No âmbito do Programa de Atração de Investimentos e Inovação de Eusébio (ou somente Programa de Investimentos e Inovação do Eusébio) (PROINE), a Lei Municipal n.º 2.279/2025 prevê a concessão de incentivos fiscais específicos, observados critérios os legais. Segundo essa Lei, pode ser objeto de incentivo fiscal:

- a) O Imposto sobre Operações Financeiras, por autorização executiva.
- b) O Imposto de Renda Pessoa Jurídica, por convênio municipal.
- c) A Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas.
- d) O Imposto Predial e Territorial Urbano, mediante avaliação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Questão 19

A Constituição da República assegura aos Municípios autonomia como ente integrante da Federação, princípio este reproduzido e detalhado pela Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE). Essa autonomia manifesta-se em diferentes dimensões, permitindo ao Município organizar seus próprios interesses, exercer competências legislativas e administrativas e gerir seus recursos, sempre nos limites estabelecidos pela Constituição Federal (CF). Em relação à Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE) e ao modelo constitucional brasileiro de repartição de competências, a autonomia municipal NÃO compreende:

- a) Autonomia administrativa.
- b) Autonomia financeira.

- c) Autonomia legislativa.
- d) Autonomia jurisdicional.

Questão 20

No Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Eusébio (CE), os dispositivos que tratam de regime disciplinar e penalidades estabelecem normas sobre a aplicação das sanções funcionais. De acordo com esses dispositivos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A suspensão é uma penalidade prevista no Estatuto e somente deve ser aplicada após regular processo administrativo disciplinar que assegure ampla defesa.
- b) A advertência é uma penalidade prevista para infrações leves, aplicável independentemente de processo administrativo.
- c) O servidor poderá ser punido com demissão pela prática de qualquer infração, mesmo sem devido processo legal.
- d) O Estatuto não prevê penalidades como a demissão ou a cassação de aposentadoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

Na auditoria de regularidade, a análise documental e o cotejo de conformidade entre normas e procedimentos constituem a base para aferir a legitimidade dos atos sob exame. Nesse contexto, assinale a alternativa que indica um foco típico dessa modalidade.

- a) Avaliar a eficiência econômica das políticas públicas implementadas.
- b) Verificar se os atos estão em consonância com a legislação vigente.
- c) Estudar a eficácia das estratégias organizacionais desenhadas.
- d) Medir a satisfação dos usuários com os serviços auditados.

Questão 22

A auditoria operacional enfatiza o exame abrangente de processos administrativos e operacionais à luz de critérios de desempenho. Conforme o enunciado, a alternativa que apresenta CORRETAMENTE essa orientação é:

- a) Verificar a observância estrita de normas contábeis, sem proceder à avaliação de desempenho.



CONCURSO PÚBLICO



- b) Avaliar a utilização de recursos em relação aos objetivos propostos pela organização.
- c) Certificar apenas a conformidade formal dos relatórios financeiros anuais.
- d) Determinar se houve infração penal por parte de gestores públicos.

Questão 23

Entre os instrumentos de fiscalização empregados no arcabouço metodológico da auditoria, destacam-se procedimentos que permitem a obtenção de evidências por meio de observação sistemática, com análise de aspectos operacionais e de controles internos.

Nesse contexto, a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** um desses instrumentos é:

- a) Subjetividade.
- b) Monitoramento.
- c) Imprevisibilidade.
- d) Inércia.

Questão 24

Assinale a alternativa que indica **CORRETAMENTE** um elemento essencial do planejamento de auditoria.

- a) Redução arbitrária de amostragem, sem justificativa documental.
- b) Determinação de escopo.
- c) Substituição de objetivos pela realização do maior número de testes.
- d) Omissão na identificação de riscos significativos.

Questão 25

A alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** um componente do risco de auditoria é:

- a) Risco operacional decorrente exclusivamente de falhas humanas.
- b) Risco de detecção, associado à insuficiência de procedimentos de auditoria.
- c) Risco financeiro vinculado às oscilações cambiais internacionais.
- d) Risco tributário relacionado à interpretação da legislação fiscal.

Questão 26

É uma dimensão do controle interno:

- a) Risco de mercado.
- b) Ambiente de controle.
- c) Variável macroeconômica internacional.
- d) Resultado financeiro líquido.

Questão 27

Na condução das atividades preliminares da auditoria, o profissional deve proceder a uma análise criteriosa do contexto organizacional e dos fatores que possam influenciar o risco inerente e o risco de controle. Nesse sentido, a determinação de materialidade deve ser norteada por critérios que considerem a magnitude e a sensibilidade das variações patrimoniais e operacionais.

Com base no enunciado, é um critério de materialidade:

- a) Estabelecer um valor fixo idêntico para todas as áreas, independentemente do porte da entidade.
- b) Excluir integralmente do escopo auditório itens classificados como sem risco.
- c) Fixar a materialidade com base em indicadores subjetivos, sem respaldo documental.
- d) Definir como referência percentual da soma do ativo total ou da receita operacional líquida.

Questão 28

Assinale **CORRETAMENTE** a alternativa que indica um princípio orçamentário clássico.

- a) O princípio da anualidade permite a execução de despesas em exercícios distintos, sem autorização legislativa.
- b) O princípio da exclusividade admite inserção de matérias estranhas ao orçamento em leis orçamentárias.
- c) O princípio da unidade determina a consolidação das receitas e despesas em um único orçamento por ente.
- d) O princípio da universalidade autoriza exclusão de fundos especiais da lei orçamentária.

Questão 29

Assinale a alternativa que apresenta a natureza **CORRETA** do Plano Plurianual (PPA).

- a) Instrumento anual que fixa despesas e estima receitas.
- b) Lei de vigência quadrienal que define programas e objetivos estratégicos.
- c) Ato administrativo interno do Poder Executivo.
- d) Norma de caráter exclusivamente financeiro.

Questão 30

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) exerce função de conexão normativa entre o planejamento estratégico e a execução anual do orçamento.



CONCURSO PÚBLICO



Considerando essa finalidade, a alternativa que descreve CORRETAMENTE essa função é:

- a) Estimar receitas e fixar despesas do exercício financeiro.
- b) Estabelecer normas gerais de contabilidade pública.
- c) Orientar a elaboração da LOA e definir prioridades e metas fiscais.
- d) Autorizar diretamente a execução das despesas públicas.

Questão 31

A Lei Federal n.º 4320, de 1964, permanece como marco normativo essencial do Direito Financeiro brasileiro. A alternativa que corresponde CORRETAMENTE a uma definição dessa Lei é:

- a) Liquidação é o pagamento da despesa após empenho.
- b) Empenho é o ato que cria obrigação de pagamento.
- c) Despesa extraorçamentária integra a LOA.
- d) Receita de capital decorre apenas de tributos.

Questão 32

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), introduziram avanços conceituais ao enfatizar o enfoque patrimonial e a utilização do regime de competência na contabilidade governamental. Em relação ao tema, a alternativa que está de acordo com essas normas é:

- a) Reconhecimento de receitas apenas no ingresso financeiro.
- b) Predominância do regime de caixa para fins patrimoniais.
- c) Registro de fatos patrimoniais no momento do fato gerador.
- d) Exclusão das variações patrimoniais independentes da execução orçamentária.

Questão 33

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) promove padronização nacional dos registros contábeis governamentais com a finalidade de:

- a) Uniformizar procedimentos contábeis e ampliar a comparabilidade entre entes.
- b) Substituir a Lei n.º 4320, de 1964.
- c) Restringir a contabilidade pública ao orçamento.
- d) Eliminar a escrituração patrimonial.

Questão 34

O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) operacionaliza exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal ao disciplinar a evidenciação dos resultados da gestão fiscal. Conforme o enunciado, o MDF é responsável por:

- a) Demonstrar apenas a execução financeira mensal.
- b) Evidenciar limites fiscais e metas previstos na LRF.
- c) Registrar exclusivamente receitas tributárias.
- d) Substituir o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

Questão 35

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um mecanismo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

- a) Autorização irrestrita para endividamento em cenários adversos.
- b) Elaboração facultativa de relatórios fiscais.
- c) Publicação periódica de relatórios de gestão fiscal.
- d) Supressão de limites para despesa com pessoal.

Questão 36

A execução da auditoria deve observar princípios técnicos e éticos estritos, com base na avaliação crítica dos controles internos e dos riscos identificados. Uma das técnicas utilizadas nessa fase está CORRETAMENTE apresentada em:

- a) Elaboração de programa de auditoria após emissão do relatório final.
- b) Estimativa subjetiva baseada em percepção de fragilidades.
- c) Revisão analítica, com base em critérios estatísticos e históricos.
- d) Supressão de evidências formais em caso de consenso entre auditores.

Questão 37

O relatório de auditoria deve refletir fielmente as constatações obtidas e atender aos preceitos de clareza técnica e fundamentação. Conforme o tema, uma característica essencial do relatório é:

- a) Exposição sintética, sem o devido detalhamento de achados.
- b) Redação padronizada para todos os órgãos auditados.



- c) Inclusão de recomendações e conclusões baseadas em evidências.
- d) Exclusão de informações sigilosas por limitação metodológica.

Questão 38

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma justificativa para o uso da amostragem em auditoria.

- a) Viabilidade de substituir controles internos formais.
- b) Eficiência na substituição da documentação probatória.
- c) Redução do esforço de auditoria em detrimento da segurança.
- d) Impossibilidade prática de exame integral de grandes volumes.

Questão 39

É uma função CORRETA dos papéis de trabalho:

- a) Proteger a confidencialidade das informações fiscais.
- b) Servir de base para a aplicação de sanções administrativas.
- c) Fornecer suporte à opinião e ao julgamento do auditor.
- d) Substituir os achados pela percepção do gestor auditado.

Questão 40

A caracterização de achados de auditoria envolve a descrição sistemática de evidências, critérios, causas e efeitos identificados no curso do exame realizado pelo auditor. A análise dessa estrutura é imprescindível para subsidiar a tomada de decisão pelos gestores públicos. Nesse contexto, é um elemento da matriz de achados:

- a) Hipóteses de responsabilização baseadas em convicções subjetivas.
- b) Presunção de ilegalidade com base na ausência de documentação.
- c) Relato opinativo sobre qualidade da gestão, sem evidência formal.
- d) Relação entre o fato apurado e o impacto institucional ou financeiro.